

# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_ DE 2022

## (Da Bancada do PSOL)

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Gustavo Torres, informações relativas acerca das medidas tomadas em face das ações conduzidas pela Polícia Rodoviária Federal e pelas paralisações de rodovias em todo o Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Gustavo Torres, informações acerca das medidas tomadas em face das ações conduzidas pela Polícia Rodoviária Federal e pelas paralisações de rodovias em todo o Brasil. Em vista do exposto, solicitamos as seguintes informações, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

**1. Contrariando determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizou centenas de abordagens a ônibus ao longo do domingo (30/10/22), dia de votação do segundo turno da eleição presidencial e de mais 12 disputas por governos estaduais.**

- a. Qual a cadeia de comando responsável pela execução das operações da PRF realizadas no dia 30 de outubro de 2022? Favor citar os nomes dos/das superintendentes responsáveis, assim como as cópias dos atos normativos e/ou ordens de serviço que viabilizaram tais operações.
- b. A região Nordeste concentra 27% da população brasileira. Qual a justificativa técnica para que cerca de 49,5% das abordagens realizadas pela corporação país afora fossem realizadas apenas na região Nordeste no último dia 30 de



outubro?<sup>1</sup> Favor providenciar cópias dos atos normativos e/ou ordens de serviço com as instruções da operação para as operações.

- c. Documentos internos referentes à “Operação Eleições 2022” da PRF, obtidos pelo Estadão<sup>2</sup>, mostram as prioridades estabelecidas pela cúpula do órgão e impostas às superintendências estaduais. Diz o documento da superintendência do Pará: *“Comando de Fiscalização em ônibus com ênfase no flagrante de crimes eleitorais. Os veículos de transportes coletivos de passageiros são prioridade, porém, na ausência dos mesmos, outros tipos de veículos devem ser abordados”*. Qual o embasamento técnico e legal que fundamentou a decisão supracitada no âmbito da “Operação Eleições 2022”?
- d. Qual o número de abordagens feitas nos dias 2 e 30 de outubro de 2022, em todo território nacional, com as seguintes categorias: (i) motos; (ii) carros e veículos de carga leve; (iii) caminhões com todos os tipos de carga e; (iv) ônibus ou micro-ônibus de passageiros? Favor estratificar as informações por unidade da federação (UF), tipo e quantidade de veículos e pessoas abordadas em cada parada.
- e. Em relação as centenas de veículos recolhidos aos pátios da PRF em 30 de outubro de 2022, quantos eram ônibus, micro-ônibus, automóveis, etc? Favor enviar relação de veículos recolhidos naquela data, por tipo e unidade da federação além do local onde ocorreu o recolhimento.
- f. Solicitamos a relação completa das operações empreendidas pela PRF entre os dias 28 de outubro de 2022 e a presente data. Os dados devem ser estratificados por unidade da federação e data.
- g. Qual o custo total das operações realizadas pela PRF nos dias 2 e 30 de outubro de 2022 em todo o território nacional? Favor indicar as informações por data, UF e separar entre gastos ordinários e gastos extraordinários (como diárias extras e outros custos operacionais).
- h. Enviar cópias das atas de reuniões realizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e Polícia Rodoviária Federal sobre planejamento das eleições de 2022.

1 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/prf-descumpre-ordem-do-tse-e-faz-pelo-menos-514-operacoes-de-fiscalizacao-contr-onibus-de-eleitores.ghtml>

2 Idem.



- i. O Presidente da República, ou qualquer um de seus filhos ou aliados, pressionou, orientou, recomendou, aconselhou ou advertiu, direta ou indiretamente, qualquer agente público para a realização das operações realizadas pela PRF no dia 30 de outubro de 2022?
- j. Quantos/as servidores/as da PRF estavam escalados para o trabalho na condução das operações realizadas entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro de 2022 e também entre os dias 28 de outubro de 2022 e a presente data? Os dados devem ser estratificados por unidade da federação e data.
- k. Qual foi o total de plantões IFR<sup>3</sup> (6 e 12 horas) e o custo total desse efetivo extra em 30 de outubro de 2022, dia do 2º turno, e no dia seguinte, 31 de outubro?
- l. Quantas viaturas foram empregadas durante as operações durante os dias das eleições - 2 e 30 de outubro de 2022? Favor detalhar o dia por data e UF.
- m. Por volta das 15h30 de 30 de outubro, o presidente do TSE declarou em entrevista coletiva à imprensa que, no começo da tarde, o diretor-geral da PRF havia comunicado a ele a suspensão de todas as operações de fiscalização, inclusive as relativas ao Código Brasileiro de Trânsito. Favor anexar cópia do ofício interno ou documento através do qual o diretor-geral transmitiu essa ordem de suspensão das abordagens, ainda durante o andamento da votação no segundo turno.
- n. A PRF pretende realizar operações semelhantes às supracitadas entre os dias 31 de dezembro de 2022 e 01 de janeiro de 2023 nos trechos rodoviários que dão acesso ao Distrito Federal e adjacências?

**2. Durante as controversas ações da PRF, ocorria a eleição presidencial mais polarizada da história, que deu a vitória ao Presidente-Eleito Lula (PT) no segundo turno, com mais de 60 milhões de votos válidos. O bolsonarismo radical reagiu a derrota nas urnas, com rodovias federais sendo bloqueadas por caminhoneiros simpáticos ao Presidente Brasil afora, com tais atos tendo início no domingo da eleição (30). Até por volta de 21h40 da segunda-feira (31), eram 338 pontos de protestos.**

### 3 Indenização por Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado



- a. Na semana que antecedeu o segundo turno eleitoral já circulavam nas redes sociais chamadas e convocações para bloqueios nas estradas brasileiras<sup>4</sup>. Considerando que a área de inteligência da PRF já havia identificado tais movimentações, quais foram as medidas preparatórias tomadas pela corporação para enfrentar os bloqueios? A PRF já compartilhou esses documentos de inteligência com o MPF e/ou com o poder Judiciário? Quantos documentos nessa linha foram produzidos em todo o país, entre o 1º e o 2º turnos? Se possível, anexar cópias deles.
- b. Por que não houve planejamento prévio para manter o efetivo da PRF reforçado após o segundo turno, especialmente na manhã do dia 31 de outubro, com uma quantidade de plantões extras ao menos parecida com a do dia da eleição?
- c. Quantos bloqueios e interdições foram mapeados pela PRF desde o dia 30 de outubro até a presente data? Favor estratificar as informações por data, localidade e detalhes das ações tomadas para desobstruir vias ocupadas pelos atos antidemocráticos.
- d. Agentes da Polícia Rodoviária Federal ficaram feridos<sup>5</sup> durante intervenções violentas de manifestantes que fecharam rodovias nos estados do Pará e em Santa Catarina, ou outros estados. Favor fornecer o número de agentes feridos durante as operações da PRF que tiveram como objetivo desbloquear as rodovias brasileiras desde o dia 30/10. Qual foi a assistência prestada aos agentes e às suas respectivas famílias? Favor estratificar as informações por unidade da federação.
- e. Quais as ações concretas adotadas pela corporação para coibir eventuais omissões, ou até apoios explícitos de agentes da PRF em relação aos entraves e bloqueios nas estradas?
- f. Relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) aponta que a PRF usou uma regra de 2018, que autoriza os policiais a trabalharem além da escala em situações de urgência, para pagar "horas extras" a agentes que não trabalharam de fato – e que, inclusive, estavam de licença médica ou em férias<sup>6</sup>. A

4 Disponível em: <https://cbn.globo.com/media/audio/391248/apesar-do-pouco-efetivo-nas-ruas-prf-ja-sabia-do-m.htm>

5 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-11/manifestantes-atacam-agentes-da-prf-no-para-e-em-santa-catarina>

6 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/09/prf-pagou-indenizacao-por-horas-extras-de-policiais-em-licenca-medica-e-ferias-diz-cgu.ghtml>



indenização por flexibilização voluntária do repouso remunerado (IFR) foi utilizada entre os dias 2 de outubro e a presente data pela PRF?

- g. Quantas prisões e multas foram aplicadas pela PRF a motoristas que bloquearam rodovias federais em todo o país entre os dias 30/10 e a presente data? Favor estratificar as informações por data, unidade da federação, indicação do tipo de veículo, além do tipo penal empregado no caso das prisões.
  - h. Em qual momento após o dia 30/10/2022 as superintendências da PRF começaram a solicitar ajuda de outras forças de segurança para a desobstrução de estradas? Favor anexar e-mails, ofícios ou outras formas de comunicação formais que registrem o pedido de apoio, seja de órgãos federais (MJ, PF, Força Nacional, CEX) ou forças estaduais (PM, PC, Guardas municipais).
  - i. Solicitamos as cópias dos pedidos de créditos suplementares solicitados na terça-feira (01/11) para possibilitar a desobstrução das estradas pela PRF.
3. Em todas as respostas, anexar relatórios, notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionado ao tema.
  4. O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques, publicou em 29/10/22, em uma rede social, uma mensagem na qual pedia/declarava voto para o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato derrotado à reeleição. A postagem foi apagada e não aparece mais no perfil de Vasques. Esta postagem feita durante o serviço e no cargo máximo da instituição está de acordo com os deveres e vedações estabelecidas na lei 1.171/1994 que rege os servidores públicos federais?

## JUSTIFICAÇÃO

Contrariando determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizou centenas de abordagens a ônibus ao longo do domingo (30/10) – **dia de votação do segundo turno da eleição presidencial e de mais 12 disputas por governos estaduais.**

A decisão – proferida pelo Presidente do TSE, o Min. Alexandre de Moraes – previa ainda que o descumprimento da proibição "*pode acarretar responsabilização*

\* C D 2 2 7 2 9 4 5 5 8 3 0 0 \*



*criminal do diretor-geral da PRF, por desobediência e crime eleitoral, bem como dos respectivos executores da medida", de acordo com nota do TSE.*

A PRF ignorou a determinação supracitada: segundo um balanço interno ao qual a BBC News Brasil teve acesso, pelo menos 619 ônibus haviam sido abordados no país até as 17 horas, horário de encerramento da votação. **A região Nordeste, onde o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem proporcionalmente mais apoio, foi a mais afetada, com quase 300 abordagens.**<sup>7</sup>

O número de abordagens realizadas neste domingo foi 108% superior às abordagens realizadas no dia 2 de outubro, dia do primeiro turno de votação, quando 297 ônibus foram parados pela PRF, segundo os documentos internos obtidos pela reportagem.

A desconfiança em relação a atuação da PRF foi reforçada pelo fato de o diretor-geral da instituição, Silvinei Vasques, ter manifestado seu apoio à reeleição do presidente Jair Bolsonaro. No sábado (29/10) ele publicou no *stories* da sua conta do Instagram uma bandeira do Brasil com a mensagem: "*Vote 22, Bolsonaro presidente*".<sup>8</sup>

Durante as controversas ações da PRF, ocorria a eleição presidencial mais polarizada da história, que deu a vitória ao Presidente-Eleito Lula (PT) no segundo turno, com mais de 60 milhões de votos válidos. O bolsonarismo radical reagiu a derrota nas urnas, com rodovias federais sendo bloqueadas por caminhoneiros simpáticos ao Presidente Brasil afora, com tais atos tendo início no domingo da eleição (30). Até por volta de 21h40 da segunda-feira (31), eram 338 pontos de protestos nos seguintes estados: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Amazonas, Acre, Roraima, Maranhão, Amapá, Paraíba, Piauí, Sergipe e Pernambuco. No Distrito Federal, manifestantes interditaram um trecho da BR-251.<sup>9</sup>

Em nota, a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) e os Sindicatos dos Policiais Rodoviários Federais de todo o Brasil defendem o respeito ao resultado das eleições e dizem que estão cobrando "*postura firme*" da direção

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63451402>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63451402>

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/justica-determina-caminhoneiros-bolsonaristas-liberem-bloqueios-estradas.ghtml>



da PRF para o desbloqueio das estradas. *"O resultado das eleições de 2022 expressa a vontade da maioria da população e deve ser respeitado. A postura do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, em manter o silêncio e não reconhecer o resultado das urnas acaba dificultando a pacificação do país, estimulando uma parte de seus seguidores a adotarem ações de bloqueios nas estradas brasileiras"*, diz a nota das associações.<sup>10</sup>

Também afirma a nota: *"O sistema sindical dos PRFs segue cobrando uma postura firme da direção do DPRF, para prover os meios necessários para que a corporação cumpra suas funções constitucionais, garantindo assim o direito de ir e vir da população e resguardando a segurança e integridade dos policiais"*, afirmam as entidades no documento.<sup>11</sup>

A Confederação Nacional do Transporte (CNT), entidade de representação das empresas de transporte no Brasil, também se manifestou de forma contrária à intencionalidade golpista dos apoiadores de Jair Bolsonaro:

A Confederação Nacional do Transporte (CNT), entidade de representação das empresas de transporte no Brasil, acompanha as paralisações em algumas rodovias do País e se posiciona contrariamente a esse tipo de intervenção.

A entidade respeita o direito de manifestação de todo cidadão, entretanto, defende que ele seja exercido sem prejudicar o direito de ir e vir das pessoas.

Além de transtornos econômicos, paralisações geram dificuldades para locomoção de pessoas, inclusive enfermas, além de dificultar o acesso do transporte de produtos de primeira necessidade da população, como alimentos, medicamentos e combustíveis.

Nesse sentido, a CNT tem convicção de que as autoridades garantirão a circulação de pessoas e de bens por todo o País com

10 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/01/silencio-de-bolsonaro-sobre-resultado-da-eleicao-estimula-bloqueios-dizem-associacoes-de-policiais-rodoviaros-federais.ghtml>

11 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/01/silencio-de-bolsonaro-sobre-resultado-da-eleicao-estimula-bloqueios-dizem-associacoes-de-policiais-rodoviaros-federais.ghtml>



segurança, entendendo que qualquer tipo de bloqueio não contribui para as atividades do setor transportador e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do Brasil.

Na madrugada de 1º de novembro, o Min. Moraes ordenou que o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal — Silvinei Marques — seja multado em R\$ 100.000 a partir desta terça, seja afastado do cargo e preso caso não adote, imediatamente, as medidas necessárias. E ainda que donos de caminhões usados em bloqueios sejam multados em R\$ 100.000 por hora. **O relator acolheu um pedido da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), apresentado na segunda (30).**

**O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, na madrugada desta terça-feira (1º), a favor da determinação do ministro Alexandre de Moraes de desbloqueio das rodovias.** A presidente do STF, a ministra Rosa Weber, convocou uma sessão virtual extraordinária para referendo da decisão. Os ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Luiz Fux acompanharam a decisão de Moraes.<sup>12</sup>

Voltando ao caso em tela, é preciso ressaltar que a Constituição de 1988 reconheceu os horrores do período que os representados buscam enaltecer e estabeleceu as bases para implementação de nossa justiça de transição. A Carta restabeleceu a democracia, após o período entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985, reerguendo as eleições diretas e os direitos decorrentes do regime democrático.

Portanto, trata-se de verdadeiro agravamento do *modus operandi* articulado pela extrema-direita – para além de criar espantalhos, destruir reputações e instituições a partir de *fake news*, vemos agora a escalada da aposta dos derrotados eleitorais. Agora, tentam vencer estabelecendo uma ditadura – já que a democracia não os serve mais.

**É fundamental, portanto, que a Câmara dos Deputados tome todas as iniciativas cabíveis para esclarecer o caso, sendo urgente que o SR. ANDERSON GUSTAVO TORRES preste os devidos esclarecimentos em relação às graves denúncias aqui elencadas.**

12 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-forma-maioria-a-favor-da-determinacao-de-desbloqueio-das-rodovias/>





Eis porque solicitamos aos nobres pares o apoio a este Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, de novembro de 2022

**Sâmia Bomfim**  
**Líder do PSOL**

